

ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA AMAPÁ PREVIDÊNCIA – COFISPREV DO ANO 2017.

Aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete, na sala de reuniões do Conselho Fiscal da Amapá Previdência – AMPREV, situado a Rua Binga Uchôa, número dez, Centro, Macapá-Amapá, as quinze horas e trinta minutos, teve início a Quarta Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da Amapá Previdência – COFISPREV, na direção do Presidente, **Marlúcio de Almeida Souza**, o qual cumprimentou os Conselheiros e em seguida fez apresentação do **ITEM 01 da pauta – Edital de Convocação** número, zero, zero, quatro de dois mil e dezessete, o qual convoca os Conselheiros para fazerem-se presentes nesta sessão. **ITEM 02 – Verificação de quórum**; foram chamados nominalmente os Conselheiros na seguinte ordem: **Marlúcio de Almeida Souza**, presente, **Gláucio Maciel Bezerra**, presente, **Vera de Nazaré Ferreira Diniz**, presente, **Anatal de Jesus Pires de Oliveira**, presente, **Raimundo Jorge de Alcântara Penalber**, presente, **Joselito Santos Abrantes**, presente. **ITEM 03 – Justificativa de ausência**; não houve. **ITEM 04 - Apreciação e Aprovação da Ata da 3º Reunião Ordinária de 2017, realizada no dia 14/03/17**; O Presidente colocou este item em apreciação, e após a leitura e correções ortográficas **ficou aprovada a Ata da 3º Reunião Ordinária de 2017.** **ITEM 05 – Apresentação, apreciação e aprovação do relatório/Voto das análises do Balanço Contábil do exercício de 2016 (Relatores, Conselheiros Raimundo Penalber, Anatal de Jesus e Conselheira Vera Diniz)**; O Presidente informou que os trabalhos foram divididos da seguinte forma: **RECEITAS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS E PREVIDENCIÁRIAS: Conselheiro(a), Anatal de Jesus e Vera Diniz. INVESTIMENTOS E PASSIVO ATUARIAL: Conselheiros, Gláucio Bezerra e Joselito Abrantes. DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA: Conselheiros, Marlúcio Almeida e Raimundo Penalber.** Após os relatores fizeram a consolidação das análises conforme foram distribuídos aos grupos na reunião anterior sendo: **RECEITAS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS E PREVIDENCIÁRIAS: Conselheiro(a), Anatal de Jesus e Vera Diniz. INVESTIMENTOS E PASSIVO ATUARIAL: Conselheiros, Gláucio Bezerra e Joselito Abrantes. DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA: Conselheiros, Marlúcio Almeida e Raimundo Penalber.** Em seguida a Conselheira Vera fez a leitura do relatório na íntegra destacando alguns pontos: "... **das Receitas:** Na conta receita de contribuição previdenciárias dos segurados, observou-se uma previsão orçamentária de R\$ 163.517.901,01, sendo realizado o valor de R\$ 82.118.956,05, originando um déficit de arrecadação no valor de R\$ 81.398.944,96, equivalente a 49,72% do total orçado, no exercício, caracterizando suposta apropriação indébita dos valores não recolhidos, resultado abaixo da crítica em razão da inadimplência de alguns entes, especificamente, do poder executivo. Na conta receita de contribuição patronal, constatou-se uma previsão orçamentária de R\$ 307.766.508,99, sendo realizado o valor de R\$ 53.223.686,65, o que consequentemente, originou um déficit de arrecadação no valor de R\$ 254.542.822,34, equivalente a 82,71% do total orçado, no exercício, também motivado pela alta inadimplência do poder executivo. Na conta receita patrimonial, constatamos uma previsão orçamentária de R\$ 255.603.628,00, sendo realizado o valor de R\$ 624.670.517,93, originando um superávit na relação orçado/arrecadado de R\$ 369.066.889,93, equivalente a 244,39% do total orçado, no exercício, resultado conquistado pela ótima performance do mercado de capitais, oriundos dos fundos de investimentos. Na conta outras receitas correntes, constatou-se uma previsão



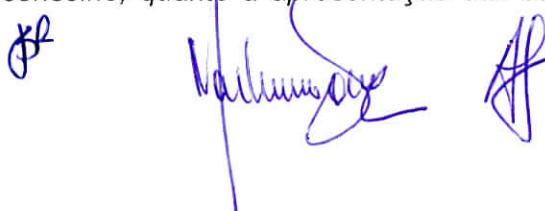
orçamentária de R\$ 4.799.543,00, sendo realizado o valor de R\$ 1.830.247,03, o que, consequentemente, originou um déficit de arrecadação no valor de R\$ 2.969.295,97, equivalente a 61,87% do total orçado, no exercício, decorrente de juros não recebidos, diante da ausência de pagamento do valor principal. Na conta receita de capital, verificou-se uma previsão orçamentária de R\$ 244.099,00, sendo realizado o valor de R\$ 61.400,00, originando um déficit no valor de R\$ 182.699,00, equivalente a 74,85%. Receita originária de venda de ativos inservíveis (veículos). Constatamos no mês de dezembro de 2016, que o GEA efetuou pagamento no montante de R\$ 49.372.768,93, sendo assim distribuídos: Plano Financeiro – R\$ 27.706.325,23 e no Plano Previdenciário o valor de R\$ 21.666.443,70, com vista a suportar débitos do período de fevereiro a junho de 2016. Constatado valores de acordos de parcelamentos firmados com os poderes: executivo e legislativo não recolhidos, e do judiciário, não sendo observado nenhum encaminhamento de ação para cobrança dos entes, em atraso. Verificou-se ainda, que existem saldos pendentes registrados pela contabilidade na conta dívida parcelada, no entanto observamos detalhamento parcial dos entes devedores, no valor total de R\$ 1.038.191.500,24, conforme Anexo 14 – Balanço Patrimonial do exercício de 2016 (fl. 70 do processo). Também constatado divergência entre os valores registrados na contabilidade e os informados pela Divisão de Arrecadação, que se faz necessário ajustes para efetiva e única linguagem de controle, e que os valores registrados no balanço representem o real valor de dívida parcelada dos entes. Identificamos a realização no exercício alienação de veículos através de leilão, entretanto, não identificamos a baixa contábil dos bens alienados, necessário se faz o registro desses procedimentos. Mas a contabilidade informou que tal fato não aconteceu por falta de informação do setor competente, que não representa justificativa para não efetividade do registro contábil. Constatado que o setor responsável pela gestão da arrecadação da AMPREV, tem dificuldade em analisar e detalhar as informações dos valores utilizados na compensação, principalmente, os de origem do Tribunal de Justiça do Amapá – TJAP, que são utilizados como parte de pagamento do valor devido no período. Verificou-se um ajuste no valor principal dos débitos do GEA, no montante de R\$ 74.887.093,25, referente a valores compensados e não baixados na contabilidade no exercício de 2013. Constatado ainda, que o montante total a ser compensado corresponde a 92.614.372,72 (devido juros e encargos). Que os valores foram ajustados de forma setorializada dos planos financeiros e previdenciários. Que os valores estavam registrados no ativo (contas a receber) da AMPREV de forma indevida. Que os ajustes foram decorrentes de inscrições em duplicidade e baixados, o que gerou pendências das inscrições anteriores.

Das despesas: No campo despesa fora observada um orçamento fixado em R\$ 731.931.680,00 sendo executada e pago de Despesa Corrente o valor de R\$ 82.196.806,05, o que equivale a 11,23% do orçado, superando 27,14% em relação ao executado do exercício de 2015. Observado em Restos a Pagar o valor processado de R\$ 498.929,60, ficando em não processado o valor de R\$ 26.490,75 (fl. 106 do processo). A norma contábil atualizada regra que os lançamentos sejam realizados pela competência, o que não foram observados quando da inscrição nos restos a pagar/2016, ocorrendo somente no exercício de 2017, contrariando a legislação pertinente. Detectado de investimento o montante de R\$ 208.000,00 (aquisição de veículos), esse está registrado na conta de restos a pagar processado. Reiteradas vezes identificamos que a conta contábil Suprimentos de Fundos registra saldo estático em todo o exercício de 2016, no valor de R\$ 40.000,00. A Diretoria Financeira informou e justificou que os



documentos foram encaminhados para baixa, devidamente homologados pela presidência, mas não foram acatados pela gestão contábil em face de não estar em conformidade com "os formulários adotados pela Auditoria Geral do Estado à época das homologações". Entendemos que a documentação suscita formalidade e fora aprovada com regularidade pela administração, não causando prejuízo ao erário previdenciário e, nem tampouco, inviabiliza a baixa dos referidos valores, devendo ser procedido os registros necessários. Detectado que houve pagamento de pensões com a Guarda Territorial no montante de R\$ 1.772.325,20, sendo orçado o valor de R\$ 1.971.177,00. Ficando um saldo positivo de R\$ 850,67, e registrado o repasse de valores para custear essa obrigação, referente as DESPESAS COM PENSÃO ESPECIAL AOS EX-INTEGRANTES DA GUARDA TERRITORIAL. Ressaltamos que tal despesa não é incluída como despesa previdenciária, pois utiliza fonte de recurso específica do Governo do Estado do Amapá, ou seja, mensalmente a Secretaria de Planejamento e Tesouro do Estado repassa à AMPREV recursos para o cumprimento dessa despesa. Observado créditos suplementares no valor de R\$ 637.995,00, com intuito de fazer frente ao montante a ser pago a pensão especial da extinta guarda territorial, sendo que o registro efetuado pelo orçamentário está equivocado, por caracterizar diferença entre a receita e a despesa orçada. Constatado ausência de quadro próprio de servidores em face de não realização de concurso público, que pode causar descontinuidade de gestão dos ativos da instituição e que tal modelo de contrato atual não deveria ser adotado, em virtude da natureza jurídica deste Instituto. Reitera-se a constatação apontada nos relatórios anteriores de saldos remanescentes nas contas de créditos do ativo e de obrigações trabalhistas e previdenciárias, consignatárias, que dada à permanência foram adotados de forma tímida procedimentos legais para sua efetiva regularização. Ocorrendo a idêntica conduta com o saldo na conta de suprimento de fundos, onde procedimento de baixa ou ressarcimento do valor utilizado fora adotado e apurado mais não baixado, bem como, quanto as pendências de outros créditos a receber. Ressalta-se que a execução das Despesas Com Pessoal se encontra nos parâmetros legais do que fora orçado. Verificado investimento total no exercício, na ordem de R\$ 513.922,00, para fazer frente as aquisições de equipamentos e material permanente, sendo R\$ 208.000,00, com aquisição e renovação da frota de veículos, cumpridas as formalidades legais. Quanto ao controle de combustível, não identificamos mapa que referendasse a movimentação no exercício, conforme recomendado no relatório anterior e solicitado tal procedimento. Importante ressaltar o saldo dos valores em disponibilidade caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 2.654.732,03, para fazer frente as obrigações registradas no Passivo Circulante, no valor total de R\$ 550.759,08. Detectamos diferença na previsão orçamentária da Receita no valor de R\$ 731.293.685,00 (fl. 65) e o valor da previsão orçamentária da Despesa de R\$ 731.931.680,00 (fl. 66). Diferença essa, igual ao montante dos créditos suplementares no valor de R\$ 637.995,00 destinado a suprir pensão da extinta guarda territorial, que o setor orçamentário registra separadamente. Sendo que o correto seria computar a suplementação da receita dentro do Anexo 12, ressaltamos a necessidade de correção do procedimento orçamentário, com vista a evitar distorção no orçamento. Constatamos superávit do exercício no valor de R\$ 526.146.683,03. **Dos Benefícios:** Identificado relevantes pagamentos com aposentadorias e pensões. Constatou-se que as pensões pagas aos beneficiários, relativos a Extinta Guarda Territorial, os recursos são originários do tesouro estadual e foram pagos no exercício o valor de R\$ 1.772.325,20. Constatado que os benefícios

142 temporários pagos diretamente pelos entes, são compensados na contribuição patronal
143 apurada, que tal procedimento está alicerçado no entendimento da assessoria jurídica da
144 própria AMPREV e no §14 do art. 23 e §18 do art. 25 da Lei 0915/05. Procedimentos
145 reinincidentes já relatados no relatório de 2015/2016, quanto aos pagamentos de
146 aposentadoria, ainda, executado pelos próprios entes contributivos, o que está fora de
147 suas competências e que é devida a instituição gestora dos recursos previdenciários, no
148 caso a Amapá Previdência, em exercer a fiscalização e análise detalhada, além de
149 executar esse fundamento legal, na forma do art. 15 da Orientação Normativa MPS/SPS
150 nº 02, de 31/03/2009 c/c o § 20, do art. 40 da Carta Magna/88. Reiteramos que as
151 ocorrências desses pagamentos acarretam descontos diretos na contribuição patronal, no
152 valor devido a AMPREV. Em face da forma inadequada do procedimento, sinalizamos
153 acompanhamento das providências de ações adotadas pela gestão previdenciária (RE –
154 STF), com vista a estancar e reverter tais procedimentos. Observamos que fora emitido
155 Parecer Jurídico n. 264/2016-PROJUR-AMPREV, recomendando e dando pertinência
156 aos procedimentos de compensação adotados pelo Ministério Público, desde que
157 cumpridas às formalidades legais. **Dos Controles:** Reiteramos a necessidade de controle
158 de combustíveis que abastecem os veículos da instituição. Constatada a não realização
159 de inventário físico financeiro no exercício de 2016. Porém, entendemos a necessidade
160 de inventariar fisicamente o patrimônio da entidade. Quanto ao sistema de TI, registra-se
161 que as problemáticas continuam, uma vez que a contabilidade ainda enfrenta dificuldades
162 para efetuar os registros dos fatos contábeis, bem como da apresentação das
163 demonstrações e relatórios contábeis no sistema utilizado. Identificamos saldos
164 pendentes nos balancetes, devendo a gestão providenciar ações de regularização.
165 Ressaltamos que devem ser seguidas todos os estágios da despesa pública, para o fiel
166 cumprimento na íntegra das normas do direito financeiro, em acordo com a inteligência
167 do que dispõe a Lei nº 4.320/64. Lembramos que todas as autorizações regimentais
168 prévias da gestão competente, com vista a execução das atividades administrativas e
169 operacionais da instituição, deve seguir as regras contidas na Lei nº 8.666/93. Quanto a
170 atuação preventiva da Auditoria Interna, no que tange a análise e controle dos processos,
171 constatamos efetividade na aprovação dos procedimentos inerentes para fiscalização,
172 fruição dos benefícios e de prestação de contas. Relevantes pela importância da
173 Auditoria Interna, no exercício pleno das atividades preventivas. Também, verificamos
174 melhorias na estrutura, com vista a suportar as demandas setoriais e de assessoramento
175 da gestão administrativa e previdenciária, com definição de normas, recomendações
176 verbais e escritas. Entretanto, às análises contábeis continuam fragilizadas e carecem de
177 intensidade, com vista a sanear equívocos que repetidamente acontecem, tanto na esfera
178 orçamentária como nos registros contábeis. Identificado saldo em aberto de prestação de
179 contas do servidor, ausência de baixa na conta Adiantamento de Suprimento de Fundo, a
180 gestão previdenciária precisa intensificar o controle. Ressaltamos que a não
181 apresentação do cálculo atuarial infringe a lei de responsabilidade fiscal, recomendamos
182 que a gestão previdenciária deve adotar todos os procedimentos, com vista a cumprir
183 com o que determina a Lei nº 101/2000. **DOS INVESTIMENTOS:** Os recursos financeiros
184 sobre a gestão da AMPREV, suas diretrizes, critérios, procedimentos e limites estão
185 sujeitos a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.922, de 25 de novembro de
186 2010 e suas alterações, a Portaria do MPS n. 519/2011 e suas alterações, a Lei 0915/05
187 e a Política de Investimentos da AMPREV para 2016. Em decorrência do atendimento
188 parcial das solicitações deste conselho, quanto a apresentação das atas do comitê de



investimentos, cenário base para cada reunião, ordem de aplicação e movimentação, projeções de recursos aplicados em cada papel desde a data da aplicação até o encerramento do exercício analisado, bem como a comparação gráfica entre papéis do mesmo enquadramento, impossibilitou a análise sobre o desempenho dos investimentos realizados pela AMPREV durante o exercício de 2016. Observamos que a análise dos demonstrativos de investimentos financeiros foi realizada até o mês de maio/16, em face de não envio dos demais demonstrativos, que configuram ausência de prudência pela gestão dos recursos administrados pela instituição, que a ausência de análise pode ocultar inconformidade....". Nesse momento registrou – se a retirada do Conselheiro Gláucio devido assunto pessoal, na oportunidade deixou adiantado o seu voto sendo favorável à aprovação do relatório conforme está sendo apresentado, e devido o término do mandato dos atuais membros, registrou seus agradecimentos e parabenizou a atuação desse conselho que foi muito produtivo. Após a Conselheira Vera deu continuidade a leitura do relatório. “...**DO PASSIVO ATUARIAL:** A análise das demonstrações contábeis e relatórios de prestação de contas enviados ao Conselho Fiscal da Amapá Previdência – COFISPREV referentes ao exercício de 2016 e relativo ao Passivo Atuarial teve como objetivo a análise de aderência das demonstrações apresentadas, bem como observar a clareza da prestação das informações. Neste íterim, as informações apresentadas de última hora não fizeram parte da análise do Balanço Patrimonial, consistindo em irregularidade grave o envio do Balanço ao Tribunal de Contas do Estado sem este relatório obrigatório. O relatório de Avaliação Atuarial apenas foi encaminhado para análise deste Conselho em 03/04/2017 após conclusão do relatório COFISPREV/AMPREV. **DAS DÍVIDAS PREVIDENCIÁRIAS:** Quanto aos créditos não arrecadados pela AMPREV durante o exercício financeiro 2016, decorrentes das Contribuições dos Segurados, Patronal e Parcelamentos Não Recebidos, foram analisados tomando-se como base os registros contábeis consignados no Balanço Patrimonial Consolidado, nas Notas Explicativas e nos demais documentos da Prestação de Contas de 2016 apresentadas ao Conselho Fiscal para elaboração de relatório e de parecer. Que a checagem de informação e conferência de dados foi feita mediante diligência junto a Diretoria Financeira e Atuarial, Contabilidade e Setor de Arrecadação da Amapá Previdência. **DA ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:** Constatado que os únicos registros de créditos a receber existentes na Prestação de Contas de 2016, que constam no Balanço Patrimonial Consolidado da AMPREV. Esses créditos foram considerados em “Contas a Receber” pela contabilidade e representado por: Plano Previdenciário – R\$ 292.577.355,31; Plano Financeiro – R\$ 420.122.570,53; Suprimento de Fundos – R\$ 40.000,00; Aluguel a Receber (Contrato nº 002/2011-PF) – R\$ 1.492,55 e Outros Créditos a Receber (CPF) – 31.500,00, sendo evidenciado o seu detalhamento no Balanço Patrimonial do Exercício de 2016. Indagado sobre esse particular o chefe do setor de Contabilidade informou que o registro de Créditos de Longo Prazo no valor de R\$ 170.830.953,07 é remanescente de exercícios anteriores, não existindo maiores informações acerca de sua natureza em seus apontamentos. Ou seja, esse haver vem sendo transportado de outros exercícios, ano após ano, sem uma providência específica sobre sua manutenção ou baixa contábil. Dessa forma, os créditos resultantes de parcelamentos já realizados, que são substanciais de acordo com informações anteriormente recebidas por este Conselho, foram lançados de maneira genérica na parte de “controles” (antigo Ativo Compensado) do Balanço Patrimonial, sem maiores informações sobre sua origem, natureza e consistência. Que as Notas Explicativas

também não revelaram a origem e nem o detalhamento dos registros analisados. Que de acordo com as práticas contábeis e as Normas Brasileiras de Contabilidade seria obrigação dos gestores informarem, na peça contábil, todos os fatos relevantes vinculados aos créditos não arrecadados, considerando os valores expressivos, sendo necessário para a correta compreensão da posição patrimonial pelos usuários. Que após diligência à Diretoria Financeira e Atuarial foi levantado que os créditos correntes não quitados pelos contribuintes em 2016 e de exercícios anteriores, e dos originados de parcelamentos, vem sendo cobrados administrativamente pela AMPREV, por meio de Ofícios encaminhados aos credores, evidenciando a grande fragilidade no tipo de cobrança adotado pela AMPREV. Que essas informações não constaram na Prestação de Contas de 2016, razão pela qual seria necessária sua inclusão para garantir a fidedignidade e consistência dos créditos "Conta a Receber" e dos controles de parcelamentos. Por outro lado, o valor contabilizado até 31/12/2016 na conta de Dívida Ativa não se coaduna com o montante de créditos cobrados pela direção da AMPREV, como se observa nos registros da Diretoria Financeira, onde são discriminadas as dívidas de cada poder, inclusive os parcelamentos. Assim, acerca dos créditos da AMPREV, foram de parecer que os responsáveis pelo levantamento das Demonstrações Contábeis de 2016 devem ajustá-las com o fito de introduzir Notas Explicativas e Demonstrativos detalhados sobre a sua composição, indicando a estratificação dos valores por ente e fonte, para garantir a consistência dos mesmos, sua origem e assegurar medidas adotadas para sua cobrança. Também, entendemos como necessária a identificação da origem e consistência dos Créditos de Longo Prazo lançados no Balanço Patrimonial Consolidado do Exercício de 2016, no montante de R\$ 170.830.953,07.

RECOMENDAÇÕES E OUTRAS PROVIDÊNCIAS SUGERIDAS: Em função das análises da Prestação de Contas 2016 da Amapá Previdência, o COFISPREV propõe ao CEP aprovação das seguintes recomendações, solicitações e/ou pedido de informações: Recomendar ao Diretor Presidente que faça constar no Balanço Patrimonial as Notas Explicativas referentes aos Créditos Não Arrecadados até o encerramento do exercício, estratificando essa informação por ente, parte dos segurados e patronal; Recomendar a Diretoria Financeira que identifique a origem dos Créditos de Longo Prazo consignados no Balanço Patrimonial Consolidado, com o intuito de melhor avaliá-los, promovendo a correspondente baixa caso as perdas sejam irrecuperáveis; Recomendar a Diretoria Financeira que lance na contabilidade a atualização, multa e juros dos créditos não arrecadados até 31/12/2016; e, Recomendar ao CEP que aprove determinação para cumprimento de todas essas recomendações aqui colocadas. Assim, concluíram que as contas de receita e despesa guardam conformidade com a previsão orçamentária e sustentam as formalidades previstas nas Leis nº 0915/05 e 960/05 da entidade, bem como as normas legais e práticas contábeis que atendem, em seus aspectos relevantes, a situação Financeira e Patrimonial da AMPREV, em 31 de dezembro de 2016, devendo, entretanto o Balanço Orçamentário ser feito de acordo com as indicações apontadas no item (20 e 28) e seguidas às demais orientações formuladas no decorrer deste Relatório. Recomendamos em relação ao passivo atuarial que seja dada publicidade necessária às informações resultantes das correções realizadas após a Notificação de Irregularidade Atuarial NIA 101/2015, de 09/02/2015, anexa ao Ofício MPS/SPPS nº 183 de 11/03/2015, bem como recomendamos a adoção da prática de incluir as justificativas ou informações complementares necessárias para o entendimento das variações relevantes nos valores que compõem os relatórios de Avaliação Atuarial, principalmente em relação ao Parecer

Atuarial, conforme foi apontado neste relatório. E, no que tange ao item Passivo atuarial, não há objeção à aprovação do relatório apresentado, observadas as recomendações realizadas. Frente ao cenário apresentado sugere-se a recomposição do quadro de servidores da AMPREV, a um nível satisfatório, para o acompanhamento e controle das atividades realizadas pelo Ente. Considerando, especialmente, o montante de recursos alocados para a execução das tarefas inerentes às finalidades da AMPREV e, ainda, que a Administração adote as recomendações formuladas no relatório, a fim de implementar controles e que os faça cumprir de forma eficaz e eficiente com o intuito de sanar as várias deficiências administrativas para mudar a realidade identificada em linhas pretéritas, uma vez que as inconsistências apresentadas denotam falta de acompanhamento das informações ou ausência delas. Pelo exposto e, diante do demonstrativo das contas distribuídas a cada um dos membros deste Conselho Fiscal - COFISPREV recomendamos pela sua aprovação com ressalvas ...". Após a leitura e explanação do relatório foi colocado em votação. **Ficando aprovado com ressalvas, e por unanimidade de votos, o relatório das análises do Balanço Contábil da AMPREV do exercício de 2016, conforme foi apresentado.** Em seguida foram impressas duas vias do relatório e assinados por todos os conselheiros que após anexado ao Processo nº 2017.61.300503PA será encaminhado para apreciação e aprovação do Conselho Estadual de Previdência. **ITEM 06 – Comunicação dos Conselheiros.** Devido ao encerramento do mandato, cada Conselheiro teve sua oportunidade para expressar suas satisfações sobre a atuação desse conselho. **ITEM 07 – O que ocorrer.** O Presidente agradeceu a colaboração de todos os membros, o mandato desse conselho termina amanhã, 04 de abril, e o processo da nova composição está em andamento. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, encerrou a reunião exatamente às dezoito horas e quarenta e seis minutos, da qual eu, Josilene de Souza Rodrigues, Secretária, lavrei a presente ata, que será assinada pelos Senhores Conselheiros presentes e por mim própria. Macapá -AP, 03 de abril de 2017.

Marlúcio de Almeida Souza: _____

Conselheiro Titular/Presidente

Gláucio Maciel Bezerra: _____

Conselheiro Titular/Vice-Presidente

Vera de Nazaré Ferreira Diniz: _____

Conselheira Titular/Secretaria

Anatal de Jesus Pires de Oliveira: _____

Conselheiro Titular

Raimundo Jorge de Alcântara Penalber: _____

Conselheiro Titular

Joselito Santos Abrantes: _____

Conselheiro Titular

Josilene de Souza Rodrigues: _____

Secretaria

Antônio Waldez Góes da Silva
Governador
João Bosco Papaléo Paes
vice-Governador



Macapá-Amapá
20 de Setembro de 2017 - Quarta-feira
Circulação: 20.09.2017 às 17:00h
Exemplar com 48 páginas
Nº 6527

Diário Oficial

Estado do Amapá

PODER EXECUTIVO

LEIS

LEI Nº 2.226 DE 20 DE SETEMBRO DE 2017

Cria o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura no Estado do Amapá e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ,

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Amapá aprovou e eu, nos termos do art. 107 da Constituição Estadual, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura no Amapá - CEPCT/AP, e o Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura no Amapá MEPCT/AP, com a composição e competências definidas nesta Lei.

Parágrafo único. Para fins desta Lei, considera-se Tortura, além dos tipos penais previstos na Lei Federal nº 9.455, de 07 de abril de 1997, a definição constante no art. 1º da Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas cruéis, desumanos ou degradantes, aprovada por meio do Decreto Legislativo nº 04, de 23 de maio de 1989, e promulgado pelo Decreto Presidencial nº 40, de 15 de fevereiro de 1991.

Art. 2º O Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura no Amapá e o Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura, deverão observar as seguintes diretrizes:

I - respeito integral aos direitos humanos, em especial, das pessoas privadas de liberdade mediante qualquer forma de detenção, aprisionamento ou colocação em estabelecimento público de vigilância, de onde, por força de ordem judicial ou administrativa, não tenham permissão de se ausentarem por vontade própria;

II - articulação, em regime de colaboração, inclusive crítica, orientadora e propositiva entre as esferas de governo e de poder, principalmente, entre os órgãos responsáveis pela segurança pública, pela custódia de pessoas privadas de liberdade, por locais de longa permanência e pela proteção de direitos;

III - adoção das medidas necessárias, no âmbito de suas competências, para a prevenção e o combate à tortura e a outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes.

Art. 3º O Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Amapá, será composto por 13 (treze) membros, escolhidos pelos órgãos de representação e posteriormente nomeados pelo Governador do Estado, a saber:

I - 1 (um) representante da Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública;

II - 1 (um) representante da Secretaria Extraordinária de Políticas para as Mulheres;

III - 1 (um) representante da Defensoria Pública do Estado do Amapá;

IV - 1 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Amapá;

V - 1 (um) representante da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá;

VI - 1 (um) representante do Ministério Público do Estado do Amapá;

VII - 1 (um) representante do Ministério Público Federal no Amapá;

VIII - 1 (um) representante do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos;

IX - 1 (um) representante do Conselho Regional de Psicologia no Amapá;

X - 1 (um) representante da Pastoral Carcerária;

XI - 1 (um) representante da Fundação da Criança e do Adolescente - FCRIA;

XII - 2 (dois) professores com atuação na área de direitos humanos, vinculados a instituições de nível superior e por ela indicados, com notório conhecimento na temática dos Direitos Humanos.

§ 1º A designação de que trata o inciso XII deste artigo, deverá ser precedida de pedido de inscrição dos interessados, seguindo a escolha com base na demonstração curricular do conhecimento temático.

§ 2º Haverá um suplente para cada membro titular do CEPCT/AP.

Art. 4º O CEPCT/AP será presidido pelo representante da Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública.

§ 1º O Vice-Presidente será eleito pelos demais membros do CEPCT/AP e exercerá mandato de 1 (um) ano, assegurando-se a alternância entre os membros do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como os representantes de conselhos de classes profissionais e de organizações da sociedade civil, na forma do regulamento.

§ 2º O desempenho das funções de membro do Comitê de Combate à Tortura não será remunerado, sendo considerado como relevante serviço público prestado ao Estado.

§ 3º As entidades representativas da sociedade civil elegíveis para participar do Comitê Estadual para a prevenção e combate à tortura do Amapá farão suas indicações nos termos previstos nos seus respectivos estatutos e a escolha das entidades será realizada em reunião coletiva, aberta ao público, especialmente convocada para tal fim, mediante edital, pelo Presidente do

ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA AMAPÁ PREVIDÊNCIA – COFISPREV DO ANO 2017.

Aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete, na sala de reuniões do Conselho Fiscal da Amapá Previdência – AMPREV, situado a Rua Binga Uchôa, número dez, Centro, Macapá-Amapá, às quinze horas e trinta minutos, teve início a Quarta Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da Amapá Previdência – COFISPREV, na direção do Presidente, Marlúcio de Almeida Souza, o qual cumprimentou os Conselheiros e em seguida fez apresentação do ITEM 01 da pauta – Edital de Convocação número, zero, zero, quatro de dois mil e dezessete, o qual convoca os Conselheiros para fazerem-se presentes nesta sessão. ITEM 02 – Verificação de quórum; foram chamados nominalmente os Conselheiros na seguinte ordem: Marlúcio de Almeida Souza, presente, Gláucio Maciel Bezerra, presente, Vera de Nazaré Ferroira Diniz, presente, Anatal de Jesus Pires de Oliveira, presente, Raimundo Jorge de Alcântara Penalber, presente, Joselito Santos Abrantes, presente. ITEM 03 – Justificativa de ausência; não houve. ITEM 04 – Apreciação e Aprovação da Ata da 3ª Reunião Ordinária de 2017, realizada no dia 14/03/17; O Presidente colocou este item em apreciação, e após a leitura e correções ortográficas ficou aprovada a Ata da 3ª Reunião Ordinária de 2017. ITEM 05 – Apresentação, apreciação e aprovação do relatório/Voto das análises do Balanço Contábil do exercício de 2016 (Relatores, Conselheiros Raimundo Penalber, Anatal de Jesus e Conselheira Vera Diniz); O Presidente informou que os trabalhos foram divididos da seguinte forma: RECEITAS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS E PREVIDENCIÁRIAS: Conselheiro(a), Anatal de Jesus e Vera Diniz. INVESTIMENTOS E PASSIVO ATUARIAL: Conselheiros, Gláucio Bezerra e Joselito Abrantes. DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA: Conselheiros, Marlúcio Almeida e Raimundo Penalber. Após os relatores fizeram a consolidação das análises conforme foram distribuídos aos grupos na reunião anterior sendo: RECEITAS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS E PREVIDENCIÁRIAS: Conselheiro(a), Anatal de Jesus e Vera Diniz. INVESTIMENTOS E PASSIVO ATUARIAL: Conselheiros, Gláucio Bezerra e Joselito Abrantes. DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA: Conselheiros, Marlúcio Almeida e Raimundo Penalber. Em seguida a Conselheira Vera fez a leitura do relatório na íntegra destacando alguns pontos: "... das Receitas: Na conta receita de contribuições previdenciárias dos segurados, observou-se uma previsão orçamentária de R\$ 163.517.901,01, sendo realizado o valor de R\$ 82.118.956,05, originando um déficit de arrecadação no valor de R\$ 81.398.944,96, equivalente a 49,72% do total orçado, no exercício, caracterizando suposta apropriação indevida dos valores não recolhidos, resultado abaixo da crítica em razão da inadimplência de alguns entes, especificamente, do poder executivo. Na conta receita de contribuição patronal, constatou-se uma previsão orçamentária de R\$ 307.766.508,99, sendo realizado o valor de R\$ 53.223.686,65, o que consequentemente, originou um déficit de arrecadação no valor de R\$ 254.542.822,34, equivalente a 82,71% do total orçado, no exercício, também motivado pela alta inadimplência do poder executivo. Na conta receita patrimonial, constatamos uma previsão orçamentária de R\$ 255.603.628,00, sendo realizado o valor de R\$ 624.670.517,93,

originando um superávit na relação orçado/arrecadado de R\$ 369.066.889,93, equivalente a 244,39% do total orçado, no exercício, resultado conquistado pela ótima performance do mercado de capitais, oriundos dos fundos de investimentos. Na conta outras receitas correntes, constatou-se uma previsão orçamentária de R\$ 4.799.543,00, sendo realizado o valor de R\$ 1.830.247,03, o que, consequentemente, originou um déficit de arrecadação no valor de R\$ 2.969.295,97, equivalente a 61,87% do total orçado, no exercício, decorrente de juros não recebidos, diante da ausência de pagamento do valor principal. Na conta receita de capital, verificou-se uma previsão orçamentária de R\$ 244.099,00, sendo realizado o valor de R\$ 61.400,00, originando um déficit no valor de R\$ 182.699,00, equivalente a 74,85%. Receita originária de venda de ativos inservíveis (veículos). Constatamos no mês de dezembro de 2016, que o GEA efetuou pagamento no montante de R\$ 49.372.768,93, sendo assim distribuídos: Plano Financeiro – R\$ 27.708.325,23 e no Plano Previdenciário o valor de R\$ 21.664.443,70, com vista a suportar débitos do período de fevereiro a junho de 2016. Constatado valores de acordos de parcelamentos firmados com os poderes: executivo e legislativo não recolhidos, e do Judiciário, não sendo observado nenhum encaminhamento de ação para cobrança dos entes, em atraso. Verificou-se ainda, que existem saldos pendentes registrados pela contabilidade na conta dívida parcelada, no entanto observamos detalhamento parcial dos entes devedores, no valor total de R\$ 1.038.191.500,24, conforme Anexo 14 – Balanço Patrimonial do exercício de 2016 (fl. 70 do processo). Também constatado divergência entre os valores registrados na contabilidade e os informados pela Divisão de Arrecadação, que se faz necessário ajustes para efetiva e única linguagem de controle, e que os valores registrados no balanço representem o real valor de dívida parcelada dos entes. Identificamos a realização no exercício alienação de veículos através de leilão, entretanto, não identificamos a baixa contábil dos bens alienados, necessário se faz o registro desses procedimentos. Mas a contabilidade informou que tal fato não aconteceu por falta de informação do setor competente, que não representa justificativa para não efetividade do registro contábil. Constatado que o setor responsável pela gestão da arrecadação da AMPREV, tem dificuldade em analisar e detalhar as informações dos valores utilizados na compensação, principalmente, os de origem do Tribunal de Justiça do Amapá – TJAP, que são utilizados como parte de pagamento do valor devido no período. Verificou-se um ajuste no valor principal dos débitos do GEA, no montante de R\$ 74.887.093,25, referente a valores compensados e não baixados na contabilidade no exercício de 2013. Constatado ainda, que o montante total a ser compensado corresponde a 92.614.372,72 (devido juros e encargos). Que os valores foram ajustados de forma setorializada dos planos financeiros e previdenciários. Que os valores estavam registrados no ativo (contas a receber) da AMPREV de forma indevida. Que os ajustes foram decorrentes de inscrições em duplicidade e baixados, o que gerou pendências das inscrições anteriores. Das despesas: No campo despesa fora observada um orçamento fixado em R\$ 731.931.680,00 sendo executada e pago de Despesa Corrente o valor de R\$ 82.196.806,05, o que equivale a 11,23% do orçado, superando 27,14% em

relação ao executado do exercício de 2015. Observado em Restos a Pagar o valor processado de R\$ 498.929,80, ficando em não processado o valor de R\$ 26.490,75 (fl. 106 do processo). A norma contábil atualizada regra que os lançamentos sejam realizados pela competência, o que não foram observados quando da inscrição nos restos a pagar/2016, ocorrendo somente no exercício de 2017, contrariando a legislação pertinente. Detectado de investimento o montante de R\$ 208.000,00 (aquisição de veículos), esse está registrado na conta de restos a pagar processado. Reiteradas vezes identificamos que a conta contábil Suplimentos de Fundos registra saldo estático em todo o exercício de 2016, no valor de R\$ 40.000,00. A Diretoria Financeira informou e justificou que os documentos foram encaminhados para baixa, devidamente homologados pela presidência, mas não foram acatados pela gestão contábil em face de não estar em conformidade com "os formulários adotados pela Auditoria Geral do Estado à época das homologações". Entendemos que a documentação suscita formalidade e fora aprovada com regularidade pela administração, não causando prejuízo ao erário previdenciário e, nem tampouco, inviabiliza a baixa dos referidos valores, devendo ser procedido os registros necessários. Detectado que houve pagamento de pensões com a Guarda Territorial no montante de R\$ 1.772.325,20, sendo orçado o valor de R\$ 1.971.177,00. Ficando um saldo positivo de R\$ 850,67, e registrado o repasse de valores para custear essa obrigação, referente as DESPESAS COM

PENSÃO ESPECIAL AOS EX-INTEGRANTES DA GUARDA TERRITORIAL. Ressaltamos que tal despesa não é incluída como despesa previdenciária, pois utiliza fonte de recurso específica do Governo do Estado do Amapá, ou seja, mensalmente a Secretaria de Planejamento e Tesouro do Estado repassa à AMPREV recursos para o cumprimento dessa despesa. Observado créditos suplementares no valor de R\$ 637.995,00, com intuito de fazer frente ao montante a ser pago a pensão especial da extinta guarda territorial, sendo que o registro efetuado pelo orçamentário está equivocado, por caracterizar diferença entre a receita e a despesa orçada. Constatado ausência de quadro próprio de servidores em face de não realização de concurso público, que pode causar descontinuidade de gestão dos ativos da instituição e que tal modelo de contrato atual não deveria ser adotado, em virtude da natureza jurídica deste Instituto. Reitera-se a constatação apontada nos relatórios anteriores de saldos remanescentes nas contas de créditos do ativo e de obrigações trabalhistas e previdenciárias, consignatárias, que dada a permanência foram adotados de forma tímida procedimentos legais para sua efetiva regularização. Ocorrendo a idêntica conduta com o saldo na conta de suprimento de fundos, onde procedimento de baixa ou ressarcimento do valor utilizado fora adotado e apurado mais não baixado, bem como, quanto as pendências de outros créditos a receber. Ressalta-se que a execução das Despesas Com Pessoal se encontra nos parâmetros legais do que fora orçado. Verificado investimento total no exercício, na ordem de R\$ 513.922,00, para fazer frente as aquisições de equipamentos e material permanente, sendo R\$ 208.000,00, com aquisição e renovação da frota de veículos, cumpridas as formalidades legais. Quanto ao controle de combustível, não identificamos mapa que referendasse a movimentação no exercício, conforme

recomendado no relatório anterior e solicitado tal procedimento. Importante ressaltar o saldo dos valores em disponibilidade caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 2.654.732,03, para fazer frente as obrigações registradas no Passivo Circulante, no valor total de R\$ 550.759,08. Detectamos diferença na previsão orçamentária da Receita no valor de R\$ 731.293.685,00 (fl. 65) e o valor da previsão orçamentária da Despesa de R\$ 731.931.680,00 (fl. 66). Diferença essa, igual ao montante dos créditos suplementares no valor de R\$ 637.995,00 destinado a suprir pensão da extinta guarda territorial, que o setor orçamentário registra separadamente. Sendo que o correto seria computar a suplementação

da receita dentro do Anexo 12, ressaltamos a necessidade de correção do procedimento orçamentário, com vista a evitar distorção no orçamento. Constatamos superávit do exercício no valor de R\$ 526.146.683,03. **Dos Benefícios:** Identificado relevantes pagamentos com aposentadorias e pensões. Constatou-se que as pensões pagas aos beneficiários, relativos a Extinta Guarda Territorial, os recursos são originários do tesouro estadual e foram pagos no exercício o valor de R\$ 1.772.325,20. Constatado que os benefícios temporários pagos diretamente pelos entes, são compensados na contribuição patronal apurada, que tal procedimento está alicerçado no entendimento da assessoria jurídica da própria AMPREV e no §14 do art. 23 e §18 do art. 25 da Lei 0915/05. Procedimentos reincidentes já relatados no relatório de 2015/2016, quanto aos pagamentos de aposentadoria, alínea, executado pelos próprios entes contributivos, o que está fora de suas competências e que é devida a instituição gestora dos recursos previdenciários, no caso a Amapá Previdência, em exercer a fiscalização e análise detalhada, além de executar esse fundamento legal, na forma do art. 15 da Orientação Normativa MPS/SPS nº 02, de 31/03/2009 c/c o § 20, do art. 40 da Carta Magna/88. Reiteramos que as ocorrências desses pagamentos acarretam descontos diretos na contribuição patronal, no valor devido a AMPREV. Em face da forma inadequada do procedimento, sinalizamos acompanhamento das providências de ações adotadas pela gestão previdenciária (RE - STF), com vista a estancar e reverter tais procedimentos. Observamos que fora emitido Parecer Jurídico n. 264/2016-PROJUR-AMPREV, recomendando e dando pertinência aos procedimentos de compensação adotados pelo Ministério Público, desde que cumpridas às formalidades legais. **Dos Controles:** Reiteramos a necessidade de controle de combustíveis que abastecem os veículos da instituição. Constatada a não realização de inventário físico financeiro no exercício de 2016. Porém, entendemos a necessidade de inventariar fisicamente o patrimônio da entidade. Quanto ao sistema de TI, registra-se que as problemáticas continuam, uma vez que a contabilidade ainda enfrenta dificuldades para efetuar os registros dos fatos contábeis, bem como da apresentação das demonstrações e relatórios contábeis no sistema utilizado. Identificamos saldos pendentes nos balancetes, devendo a gestão providenciar ações de regularização. Ressaltamos que devem ser seguidas todas as etapas da despesa pública, para o fiel cumprimento na íntegra das normas do direito financeiro, em acordo com a inteligência do que dispõe a Lei nº 4.320/64. Lembramos que todas as autorizações regimentais prévias da gestão competente, com vista a execução das

atividades administrativas e operacionais da instituição, deve seguir as regras contidas na Lei nº 8.666/93. Quanto a atuação preventiva da Auditoria Interna, no que tange a análise e controle dos processos, constatamos efetividade na aprovação dos procedimentos inerentes para fiscalização, fruição dos benefícios e de prestação de contas. Relevantes pela importância da Auditoria Interna, no exercício pleno das atividades preventivas. Também, verificamos melhorias na estrutura, com vista a suportar as demandas setoriais e de assessoramento da gestão administrativa e previdenciária, com definição de normas, recomendações verbais e escritas. Entretanto, às análises contábeis continuam fragilizadas e carecem de intensidade, com vista a sanear equívocos que repetidamente acontecem, tanto na esfera orçamentária como nos registros contábeis. Identificado saldo em aberto de prestação de contas do servidor, ausência de baixa na conta Adiantamento de Suprimento de Fundo, a gestão previdenciária precisa intensificar o controle. Ressaltamos que a não apresentação do cálculo atuarial infringe a lei de responsabilidade fiscal, recomendamos que a gestão previdenciária deve adotar todos os procedimentos, com vista a cumprir com o que determina a Lei nº 101/2000. **DOS INVESTIMENTOS:** Os recursos financeiros sobre a gestão da AMPREV, suas diretrizes, critérios, procedimentos e limites estão sujeitos a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.922, de 25 de novembro de 2010 e suas alterações, a Portaria do MPS n. 519/2011 e suas alterações, a Lei 0915/05 e a Política de Investimentos da AMPREV para 2016. Em decorrência do atendimento parcial das solicitações deste conselho, quanto a apresentação das atas do comitê de investimentos, cenário base para cada reunião, ordem de aplicação e movimentação, projeções de recursos aplicados em cada papel desde a data da aplicação até o encerramento do exercício analisado, bem como a comparação gráfica entre papéis do mesmo enquadramento, impossibilitou a análise sobre o desempenho dos investimentos realizados pela AMPREV durante o exercício de 2016. Observamos que a análise dos demonstrativos de investimentos financeiros foi realizada até o mês de maio/16, em face de não envio dos demais demonstrativos, que configuram ausência de prudência pela gestão dos recursos administrados pela instituição, que a ausência de análise pode ocultar inconformidade....". Nesse momento registrou - se a retirada do Conselheiro Gláucio devido assunto pessoal, na oportunidade deixou adiantado o seu voto sendo favorável à aprovação do relatório conforme está sendo apresentado, e devido o término do mandato dos atuais membros, registrou seus agradecimentos e parabenizou a atuação desse conselho que foi muito produtivo. Após a Conselheira Vera deu continuidade a leitura do relatório. **DQ PASSIVO ATUARIAL:** A análise das demonstrações contábeis e relatórios de prestação de contas enviados ao Conselho Fiscal da Amapá Previdência - COFISPREV referentes ao exercício de 2016 e relativo ao Passivo Atuarial teve como objetivo a análise de aderência das demonstrações apresentadas, bem como observar a clareza da prestação das informações. Neste Interim, as informações apresentadas de última hora não fizeram parte da análise do Balanço Patrimonial, consistindo em irregularidade grave o envio do Balanço ao Tribunal de

Contas do Estado sem este relatório obrigatório. O relatório de Avaliação Atuarial apenas foi encaminhado para análise deste Conselho em 03/04/2017 após conclusão do relatório COFISPREV/AMPREV. **DAS DÍVIDAS PREVIDENCIÁRIAS:** Quanto aos créditos não arrecadados pela AMPREV durante o exercício financeiro 2016, decorrentes das Contribuições dos Segurados, Patronal e Parcelamentos Não Recebidos, foram analisados tomando-se

como base os registros contábeis consignados no Balanço Patrimonial Consolidado, nas Notas Explicativas e nos demais documentos da Prestação de Contas de 2016 apresentadas ao Conselho Fiscal para elaboração de relatório e de parecer. Que a checagem de informação e conferência de dados foi feita mediante diligência. Junto a Diretoria Financeira e Atuarial, Contabilidade e Setor de Arrecadação da Amapá Previdência. **DA ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:** Constatado que os únicos registros de créditos a receber existentes na Prestação de Contas de 2016, que constam no Balanço Patrimonial Consolidado da AMPREV. Esses créditos foram considerados em "Contas a Receber" pela contabilidade e representado por: Plano Previdenciário - R\$ 292.577.355,31; Plano Financeiro - R\$ 420.122.570,53; Suprimento de Fundos - R\$ 40.000,00; Aluguel a Receber (Contrato nº 002/2011-PF) - R\$ 1.492,55 e Outros Créditos a Receber (CPF) - 31.500,00, sendo evidenciado o seu detalhamento no Balanço Patrimonial do Exercício de 2016. Indagado sobre esse particular o chefe do setor de Contabilidade informou que o registro de Créditos de Longo Prazo no valor de R\$ 170.830.953,07 é remanescente de exercícios anteriores, não existindo maiores informações acerca de sua natureza em seus apontamentos. Ou seja, esse haver vem sendo transportado de outros exercícios, ano após ano, sem uma providência específica sobre sua manutenção ou baixa contábil. Dessa forma, os créditos resultantes de parcelamentos já realizados, que são substanciais de acordo com informações anteriormente recebidas por este Conselho, foram lançados de maneira genérica na parte de "controles" (antigo Ativo Compensado) do Balanço Patrimonial, sem maiores informações sobre sua origem, natureza e consistência. Que as Notas Explicativas também não revelaram a origem e nem o detalhamento dos registros analisados. Que de acordo com as práticas contábeis e as Normas Brasileiras de Contabilidade seria obrigação dos gestores informarem, na peça contábil, todos os fatos relevantes vinculados aos créditos não arrecadados, considerando os valores expressivos, sendo necessário para a correta compreensão da posição patrimonial pelos usuários. Que após diligência à Diretoria Financeira e Atuarial foi levantado que os créditos correntes não quitados pelos contribuintes em 2016 e de exercícios anteriores, e dos originados de parcelamentos, vem sendo cobrados administrativamente pela AMPREV, por meio de Ofícios encaminhados aos credores, evidenciando a grande fragilidade no tipo de cobrança adotado pela AMPREV. Que essas informações não constaram na Prestação de Contas de 2016, razão pela qual seria necessária sua inclusão para garantir a fidedignidade e consistência dos créditos "Conta a Receber" e dos controles de parcelamentos. Por outro lado, o valor contabilizado até 31/12/2016 na conta de Dívida Ativa não se coaduna com o montante de créditos cobrados pela direção da AMPREV, como se observa nos registros da Diretoria Financeira, onde são discriminadas as dívidas

de cada poder, inclusive os parcelamentos. Assim, acerca dos créditos da AMPREV, foram de parecer que os responsáveis pelo levantamento das Demonstrações Contábeis de 2016 devem ajustá-las com o fito de introduzir Notas Explicativas e Demonstrativos detalhados sobre a sua composição, indicando a estratificação dos valores por ente e fonte, para garantir a consistência dos mesmos, sua origem e assegurar medidas adotadas para sua cobrança. Também, entendemos como necessária a identificação da origem e consistência dos Créditos de Longo Prazo lançados no Balanço Patrimonial Consolidado do Exercício de 2016, no montante de R\$ 170.830.953,07. **RECOMENDAÇÕES E OUTRAS PROVIDÊNCIAS SUGERIDAS:** Em função das análises da Prestação de Contas 2016 da Amapá Previdência, o COFISPREV propõe ao CEP aprovação das seguintes recomendações, solicitações e/ou pedido de informações: Recomendar ao Diretor Presidente que faça constar no Balanço Patrimonial as Notas Explicativas referentes aos Créditos Não Arrecadados até o encerramento do exercício, estratificando essa informação por ente, parte dos segurados e patronal; Recomendar a Diretoria Financeira que identifique a origem dos Créditos de Longo Prazo consignados no Balanço Patrimonial Consolidado, com o intuito de melhor avaliá-los, promovendo a correspondente baixa caso as perdas sejam irreversíveis; Recomendar a Diretoria

Financeira que lance na contabilidade a atualização, multa e juros dos créditos não arrecadados até 31/12/2016; e, Recomendar ao CEP que aprove determinação para cumprimento de todas essas recomendações aqui colocadas. Assim, concluíram que as contas de receita e despesa guardam conformidade com a previsão orçamentária e sustentam as formalidades previstas nas Leis nº 0915/05 e 960/05 da entidade, bem como as normas legais e práticas contábeis que atendem, em seus aspectos relevantes, a situação Financeira e Patrimonial da AMPREV, em 31 de dezembro de 2016, devendo, entretanto o Balanço Orçamentário ser refletido de acordo com as indicações apontadas no item (20 e 28) e seguidas às demais orientações formuladas no decorrer deste Relatório. Recomendamos em relação ao passivo atuarial que seja dada publicidade necessária às informações resultantes das correções realizadas após a Notificação de Irregularidade Atuarial NIA 101/2015, de 09/02/2015, anexa ao Ofício MPS/SPPS nº 183 de 11/03/2015, bem como recomendamos a adoção da prática de incluir as justificativas ou informações complementares necessárias para o entendimento das variações relevantes nos valores que compõem os relatórios de Avaliação Atuarial, principalmente em relação ao Parecer Atuarial, conforme foi apontado neste relatório. E, no que tange ao item Passivo atuarial, não há objeção à aprovação do relatório apresentado, observadas as recomendações realizadas. Frente ao cenário apresentado sugere-se a recomposição do quadro de servidores da AMPREV, a um nível satisfatório, para o acompanhamento e controle das atividades realizadas pelo Ente. Considerando, especialmente, o montante de recursos alocados para a execução das tarefas inerentes às finalidades da AMPREV e, ainda, que a Administração adote as recomendações formuladas no relatório, a fim de implementar controles e que os faça cumprir de forma eficaz e eficiente com o intuito de sanar as várias deficiências administrativas para mudar a realidade identificada em linhas pretéritas, uma

vez que as inconsistências apresentadas denotam falta de acompanhamento das informações ou ausência delas. Pelo exposto e, diante do demonstrativo das contas distribuídas a cada um dos membros deste Conselho Fiscal - COFISPREV recomendamos pela sua aprovação com ressalvas "...". Após a leitura e explanação do relatório foi colocado em votação. Ficando aprovado com ressalvas, e por unanimidade de votos, o relatório das análises do Balanço Contábil da AMPREV do exercício de 2016, conforme foi apresentado. Em seguida foram impressas duas vias do relatório e assinados por todos os conselheiros que após anexado ao Processo nº 2017.61.300503PA será encaminhado para apreciação e aprovação do Conselho Estadual de Previdência. **ITEM 06 - Comunicação dos Conselheiros.** Devido ao encerramento do mandato, cada Conselheiro teve sua oportunidade para expressar suas satisfações sobre a atuação desse conselho. **ITEM 07 - O que ocorrer.** O Presidente agradeceu a colaboração de todos os membros, o mandato desse conselho termina amanhã, 04 de abril, e o processo da nova composição está em andamento. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, encerrou a reunião exatamente às dezoito horas e quarenta e seis minutos, da qual eu, Josilene de Souza Rodrigues, Secretária, lavrei a presente ata, que será assinada pelos Senhores Conselheiros presentes e por mim própria. Macapá - AP, 03 de abril de 2017.

Marcílio de Almeida Souza
Marcílio de Almeida Souza
Conselheiro Titular/Presidente

Josilene de Souza Rodrigues
Josilene de Souza Rodrigues
Secretária

Arsap

Robson de Castro Teixeira

PORTARIA Nº 014/2017 - ARSAP

O Diretor Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Amapá-ARSAP, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 3245/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora THAIS LUSELMA FERREIRA PAIVA - Diretora do Departamento de Controle Financeiro e Tarifário, Código CDS-3, para exercer acumulativamente e em substituição ao cargo de Chefe de Gabinete/ARSAP, Código CDS-2, durante o impedimento da respectiva titular LEUDILEIA FERREIRA DOS SANTOS, que se afastará para Tratamento Médico, no período de 21 a 26/09/2017.

Art. 2º Dê-se ciência, registre e publique-se.

Macapá-AP, 19 de setembro de 2017.

ROBSON DE CASTRO TEIXEIRA
DIRETOR-PRESIDENTE ARSAP
Decreto nº 3245/2016

PORTARIA Nº 015/2017 - ARSAP

O Diretor Presidente da Agência

Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Amapá-ARSAP, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 3245/2016 e para fins determinados no Art. 51 da Lei nº. 8.666/93 e suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir a Comissão Especial de Licitação, composta por 5 (cinco) membros, sob a presidência do primeiro, para realizar Processos Licitatórios, nos termos do Art. 6º, Inciso XVI, e do Art. 51 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, para estruturação e funcionamento da ARSAP

Carlos Roberto Fonseca da Cruz - Presidente
Nilson dos Santos Wanderley - Membro Titular
Raphael Moreira Silva - Membro Titular
Herson Renart Santana Picanço - Membro Suplente
Ericka Borges Barbosa - Membro Suplente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se a Portaria nº 001/16-ARSAP, DOE nº 6272, de 30 de agosto de 2016.

Registre-se, Rublique-se e Cumpra-se.

Macapá-AP, 19 de setembro de 2017.

ROBSON DE CASTRO TEIXEIRA
DIRETOR-PRESIDENTE ARSAP
Decreto nº 3245/2016

Detran

Del. Inácio Montelero Maciel

PORTARIA Nº 0835 DE 15 DE SETEMBRO DE 2017

O DIRETOR-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DO AMAPÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Decreto nº 0054 de 02 de Janeiro de 2015, tendo em vista o teor do Processo nº 014.014420/2017 - Memorando nº 0185 /2017- GAB/ DETRAN-AP.

RESOLVE:

ART 1º - DESIGNAR o servidor, JOSÉ FURTADO DE SOUSA JÚNIOR, Diretor Adjunto- FGS - 4 da sede de suas atividades funcionais em Macapá /AP até o cidade de São Paulo /SP, com objetivo participar do 58º encontro nacional dos DETRANs - AND, nos dias 27 a 29 de setembro de 2017.

ART 2º - Esta Portaria